

A Revolução Húngara de 1956 e a argumentação anticomunista no discurso público no Brasil no tempo da formação da Política Externa Independente

The Hungarian Revolution of 1956 and the anticommunist argumentation in the public discussion during the formation of Independent Foreign Policy in Brazil

La Revolución Húngara de 1956 y los argumentos anti-comunistas en el discurso público en Brasil en el momento de la formación de la política exterior independiente

Ágnes Judit Szilágyi*

Resumo: Em fins dos anos 1950 e no início dos anos 1960, a política exterior brasileira estava se adaptando às transformações do sistema internacional. Na longa discussão que se seguiu, havia naturalmente dois polos, o dos que punham argumentos favoráveis, os mais pragmáticos, apoiadores do reestabelecimento dos contatos com o Leste; e os do contra, principalmente os anticomunistas e antissoviéticos implacáveis, que rejeitavam completamente qualquer forma de aproximação entre o Brasil e o Bloco Soviético. Neste último contexto, a Revolução Húngara de 1956 tinha papel importante como exemplo da resistência contra o regime soviético. O nosso estudo pretende analisar fontes impressas (livros e folhetos) e apresentar a memória viva da revolução húngara como um acontecimento heroico, de valor puramente simbólico para o público brasileiro, e como algo útil para a propaganda anticomunista. A Hungria mostra o aspecto de uma nação escravizada, cuja revolução de 1956 se tornou um símbolo da resistência anticomunista.

Palavras-chave: Brasil; Hungria; Revolução de 1956; propaganda anticomunista

* Professora Associada do Departamento de História Contemporânea da Universidade Eötvös Loránd – ELTE (Budapeste, Hungria), onde é responsável pela área dos países da Península Ibérica e da América Latina. Doutora em História pela Universidade de Szeged com a tese: *A construção da nação e a política da cultura na época do “Estado Novo” brasileiro (1937-1945)*. É autora de estudos baseados nos “Estados Novos”, português e brasileiro. <szilagyi.agnes@btk.elte.hu>.

Associate Professor in the Contemporary History Department at Eötvös Loránd University - ELTE (Budapest, Hungary), where she is responsible for the countries of the Iberian Peninsula and Latin America. PhD in History from the University of Szeged with the thesis: *A construção da nação e a política da cultura na época do “Estado Novo” brasileiro (1937-1945)*. She is the author of studies based on the “New States”, Portuguese and Brazilian. <szilagyi.agnes@btk.elte.hu>.

Abstract: In the late 1950s and early 1960s, standpoints changed in Brazilian foreign policy, as it became adapted to the transformation of the international situation. A public debate began in which two poles were formed: one of the them promoted the economical opening on the basis of pragmatic considerations for Central and Eastern European countries, and the other camp – especially the side committed with anti-communist and anti-Soviet ideals – rejected the Brazilian approach to the Soviet Union. In their argumentation, Hungary and the Hungarian Revolution of 1956 appeared as an example, as a heroic resistance against the communist regime. We present our study in Brazilian anti-Soviet rhetoric through the analysis of printed sources (books, pamphlets), which show the Hungarian Revolution becoming a heroic, symbolic event. This was particularly suitable for the anti-communist propaganda at the time, where the Hungarians appeared as an enslaved nation and the Revolution of 1956 becomes the symbol of resistance against Communism.

Key words: Brazil; Hungary; Hungarian Revolution of 1956; Anti-communist Propaganda

Resumen: A finales de 1950 y comienzos de 1960 la política exterior brasileña estaba adaptando al cambio en el sistema internacional. En el largo debate que siguió hubo, por supuesto, dos polos: el polo de los más pragmáticos, partidarios del restablecimiento de los contactos con el Oriente; y el de los contrarios, especialmente los anti-soviéticos y anti-comunistas, que rechazaban por completo cualquier tipo de acercamiento entre Brasil y el bloque soviético. En este último contexto, Hungría y su revolución de 1956 tuvieron papel importante, como un ejemplo de la resistencia contra el régimen soviético. Nuestro estudio tiene como objetivo examinar algunas fuentes impresas (libros, folletos) y presentar la memoria viva de la Revolución Húngara como un acontecimiento heroico, de valor puramente simbólico para el público brasileño, y como algo útil para la propaganda anti-comunista. Hungría se muestra como una nación esclavizada, cuya revolución 1956 se convirtió en un símbolo de la resistencia anticomunista.

Palavras-chave: Brasil; Hungría; Revolución de 1956; Propaganda anticomunista

Quais foram os aspetos e problemas que, durante a segunda metade do século XX, fizeram com que o Brasil dirigisse os olhos para os países “do Leste”, mais especificamente para a Hungria, um país relativamente pequeno (de 93 000 km² e de cerca de 10 milhões de habitantes) da Europa Central? Em ordem cronológica, podemos citar:

1. o problema dos refugiados e deslocados de guerra, relacionado à imigração durante o pós-guerra;
2. a revolução húngara de 1956 que foi, sem dúvida, o ponto culminante do interesse internacional pela Hungria, envolvida na questão política entre o Bloco Soviético e o Ocidente;
3. alguns anos mais tarde ocorrem as renovações dos contatos econômico-diplomáticos entre o Brasil e a URSS e os demais

países do COMECON (Tratado de ajuda econômica mútuo entre os países do Leste Europeu, assinado em 1949);

4. e, por fim, com a queda do muro de Berlim e o desaparecimento do modelo soviético, a ampliação da Comunidade Europeia, à qual a Hungria agora pertence.

Estudando a imagem da Hungria projetada no Brasil a partir de 1945, percebe-se que no plano da política externa, diplomática, econômica e ideológica a Hungria geralmente não era representada individualmente, mas sim como um país pertencente ao “Leste”. Mostrava-se como um país pertencente ao “Bloco Comunista” ou “Bloco Soviético”, e não uma nação individual. Exceção é talvez o aspecto cultural, no qual a Hungria manteve o seu caráter singular, um tema vasto e que merece particular atenção, mas que não será focado aqui. É importante, entretanto, mencionar as marcas, embora esporádicas, da presença húngara no Brasil, principalmente através da literatura, graças, sobretudo, ao trabalho de Paulo Rónai (SPIRY, 2009). Houve igualmente um momento histórico excepcional – a revolução de 1956 – que levantou a Hungria do desinteresse. Os autores brasileiros Maria Aparecida de Aquino e Pedro Gustavo Aubert escrevem num livro comemorativo publicado em 2006: “O levante húngaro de 1956, ao contrário do que se poderia pensar, teve enorme impacto no mundo inteiro. Isso abarcando desde o movimento comunista internacional até os mais ferrenhos defensores do chamado bloco capitalista” (SZABO; SEGRILLO; AQUINO; AUBERT, 2006, p. 105).

A memória da revolução húngara era ainda viva em fins dos anos 50 e no início dos anos 60, quando a política exterior brasileira estava se adaptando às transformações do sistema internacional, com a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, a descolonização, a consolidação do campo socialista, o surgimento do Movimento dos Países Não alinhados e a Revolução Cubana (VIZENTINI, 2003, p. 28). A resposta do Governo de Jânio Quadros e João Goulart e dos consecutivos ministros das Relações Exteriores, Horácio Lafer (1959-1961), Afonso Arinos de Mello Franco (1961 e 1962) e, sobretudo Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1961-1962), foi a Política Externa Independente (PEI), em cujos princípios se encontravam a extensão das exportações brasileiras a todos os países, inclusive os socialistas, e o reatamento das relações diplomáticas com vários governos do Leste Europeu (VIZENTINI, 2003, p. 23-24). A situação das relações entre o Brasil e os países socialistas afetava a Hungria, mas o mesmo não se pode dizer do impacto desta no Brasil,

uma vez que suscitava pouco interesse entre os políticos e especialistas brasileiros. Fato conhecido é que o governo brasileiro rompeu com a União Soviética em outubro de 1947 (MOURA, 1991, p. 90-92). Naquela altura o país ainda não havia restabelecido as relações com a Hungria¹, interrompidas durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942. Apenas em novembro de 1953 foi encaminhado um acordo comercial, assinado em 19 de abril de 1954 (ÓNODY, 1960, p. 43; VIZENTINI, 2004, p. 72) entre os dois países. E, em 1960, “Hungria e a Alemanha Oriental são representadas no Brasil por missões comerciais de caráter oficioso. Só falta uma formalidade, sem significado prático, para transformá-las em representações regulares” (ÓNODY, 1960, p. 69).

Os passos decisivos de aproximação foram antecipados por um debate vivo, amplo e público (entre personalidades eminentes e especialistas) sobre as relações com o Leste. “O reatamento das relações comerciais com o bloco soviético é, atualmente, o problema mais discutido, delicado e mais ingrato no Brasil” (ÓNODY, 1960, p. 38), escreveu o economista naturalizado brasileiro, de origem húngara, Oliver Ónody².

A tendência da diversificação, desde meados da década de 1950, se havia mostrado também nos círculos mais altos da elite econômica/política e articulado claramente, por exemplo, na posição de Oswaldo Aranha, figura emblemática da diplomacia brasileira que também havia publicado estudos sobre o assunto: em 1957 a sua conferência na Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro) com o título *O bloco soviético no panorama mundial* (FGV-CPDOC/OA pi Aranha, O. 1957.00.00/3) e no ano seguinte um artigo com o título *Relações diplomáticas com a União Soviética* (ARANHA, 1958). Nesses textos, Aranha apoiou o dever de tratar com a URSS, como já o fizera num documento apresentado em 1957 ao presidente Juscelino Kubitschek, onde enunciara: “Tentar ignorar a realidade é o erro dos erros na política internacional. O mundo soviético não está somente na ONU, mas em toda a parte, influenciando, por

¹ Sobre o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Hungria ver mais em SZILÁGYI; SÁRINGER, 2002, p. 35-54.

² Oliver Ónody (1911-1997), brasileiro naturalizado (1950), economista, historiador da economia. Iniciou a sua carreira no Departamento Econômico da Federação das Indústrias de São Paulo (1947-1950); depois na Confederação Nacional da Indústria, no Rio de Janeiro (1950-1953); economista sênior (1953-1977) no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES); em 1975 eleito sócio honorário, e seis anos mais tarde sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor de vários livros e estudos, a sua obra mais importante é *A Inflação Brasileira 1820-1958*. (Rio de Janeiro: Editora AGIR, 1960.) Sobre a sua vida e obra ver mais em: PONGRÁCZ, 2006.

vezes, preponderantemente, até nas nossas decisões, do mundo ocidental e dos próprios EUA” (apud HILTON, 1994, p. 486).

Na longa discussão pública que se seguiu, os intervenientes formaram dois polos: o dos que expunham argumentos favoráveis, os mais pragmáticos, apoiantes do reestabelecimento dos contatos com o Leste, e os do contra, principalmente os anticomunistas e antissoviéticos implacáveis, que rejeitavam completamente qualquer forma da aproximação entre o Brasil e os “países-satélites” e expunham opiniões contrárias, exprimidas publicamente por especialistas (como o já citado Oliver Ónody) e outras personalidades, por exemplo, pertencentes ao Exército (como o Marechal Odylo Denis, ministro da guerra do governo Quadros), pela grande imprensa diária (*O Globo* e *O Estado de São Paulo*, e a nível pessoal, p. ex., Carlos Lacerda, jornalista e político udenista) e pela alta cúpula do Clero Romano brasileiro, p. ex., o Cardeal Arcebispo D. Jayme de Barros Câmara (VIZENTINI, 2004, p. 162). Esse último, o primeiro presidente de Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), pronunciou: “nosso nível de cultura não é suficientemente forte, para resistir aos efeitos das relações com esses países” (apud ALENCASTRE, 1959, p. 23). Mesmo no Itamaraty havia uma certa resistência e medo da ofensiva política e ideológica da URSS. Manoel Pio Corrêa – o chefe do Departamento Político do Itamaraty em 1959-60 – escreve em sua autobiografia sobre o período da Guerra Fria:

A União Soviética ambicionava tomar pé em outros países, mais importantes do que Cuba. Chile, Argentina e Brasil estavam na sua mira, e grande era a atividade de agitação e propaganda (AGITPROP) que tinha como alvos principais os setores mais permeáveis à ideias subversivas: ‘intelectuais’, jornalistas, artistas, estudantes e operários. A ideia era infiltrar esses meios, quer discretamente quer através de ‘organizações de fachada’, que podiam ser definidas como entidades ostensivas legalmente registradas, feitas para encobrir ações clandestinas e, sobretudo recrutamento de simpatizantes da ‘causa’, suscetíveis e adestramento como agentes (CORRÊA, 1996, p. 655-656).

Amilcar Alencastre – economista e internacionalista do serviço público no Departamento Nacional da Indústria e Comércio, representante do ponto de vista “pró” – lembra, compadecido, um caso que mostra e crítica o ambiente de suspeição, em prejuízo mesmo de oficiais húngaros:

Hoje já adquirimos maturidade como *nação e estamos* consolidados um regime democrático. Não, na verdade deu-se um pequeno hiato, provocado pela presença do Embaixador Pio Correa, na direção do Departamento Política do Itamarati. O primeiro deu-se na ocasião em que o Delegado Comercial Húngaro pediu asilo e acusou de espião dois de seus auxiliares, que aliás não falavam o português e eram simples funcionários de uma Delegação Comercial, e que foram expulsos como perigosos à segurança nacional. Como se o Brasil fosse um principado de Mônaco, ou então, uma grande potência militar a quem os espões se interessassem por saber qual seria a nossa produção de bombas atômicas, ou de foguetes teleguiados ... (ALENCASTRE, 1961, p. 147).

Apesar do ambiente de suspeita, já em 1959, quando o reestabelecimento dos contatos comerciais (que precedeu e estimulou o reatamento de relações diplomáticas) era quase fato consumado, Alencastre, otimista, escreve: “Entretanto, depois da viagem e das declarações do Sr. Jânio Quadros, sente-se que tanto governo como oposição têm pontos de vista idênticos sobre o reatamento das relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” (ALENCASTRE, 1959, p. 30). E ele é que confirma, em 1961: “Hoje em dia, poucas são as pessoas que se opõem ao comércio com a União Soviética. A necessidade de tal comércio é ponto pacífico. Entretanto, para que ele subsista em bases apreciáveis, há necessidade de relações diplomáticas” (ALENCASTRE, 1961, p. 139).

Embora as palavras citadas de Alencastre e a sua visão otimista refletida nos livros e artigos dele publicados no Brasil em 1959-1961 pareçam refutar a existência da opinião dos “contra” na questão das relações com o Leste, havia autores que defendiam a posição contrária. Um deles, cujos textos são usados e analisados aqui como fontes primárias, é representante característico da opinião anticomunista radical: o militar e político Carlos Pena Boto. Ele foi quem fundou, em 1952, a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), organização civil de âmbito nacional cujo objetivo era “combater o comunismo com palavras e não com atos” (BELOCH; ALVES DE ABREU, 1984, p. 428). Ele teve uma destacada participação nos acontecimentos contra Juscelino Kubitschek, em novembro de 1955. Mais tarde, quando a política de aproximação do Brasil aos países do bloco socialista, amplificada durante o governo de presidente Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), desagradou-lhe profundamente, ele “(...) manifestou-se frontalmente contrário à orientação da política externa do governo,

sendo então punido pelo presidente com prisão domiciliar” (BELOCH; ALVES DE ABREU, 1984, p. 429). Depois de agosto de 1961, quando o vice-presidente João Goulart assumiu a presidência da República,

...veemente opositor desse novo governo, Pena Boto foi partidário entusiasta do movimento político-militar que derrubou o presidente em 31 de março de 1964. As atividades da Cruzada Brasileira Anticomunista foram sensivelmente reduzidas depois da consolidação do regime militar brasileiro, que afastou o ‘perigo comunista’ (BELOCH; ALVES DE ABREU, 1984, p. 429).

Assim como a Cruzada, a presença de Pena Boto no cenário político do Brasil diminuiu consideravelmente a partir de 1964, depois do golpe de estado. A CBA publicou manifestos, livros e panfletos que foram lançados de avião, e o seu presidente e porta-voz da organização, Pena Boto, assumia a responsabilidade por todos esses documentos (LAMARÃO). Assim, o “Almirante Carlos Penna Botto” é designado como autor da série de pequenos livros lançados pela CBA, em 1961, que aqui são tratados como fontes: *O que é o comunismo!*, *Como se desenvolve a Ofensiva Comunista* e *A Desastrada Política Exterior do Presidente Jânio Quadros*³.

Carlos Pena Boto e outros anticomunistas prestavam especial atenção na sua argumentação em relação à Hungria e à sua revolução abafada de 1956, e nisso viam o papel do povo húngaro sempre como simbólico e positivo. Por outro lado, é ostensivo que os representantes da posição “pró” evitavam cuidadosamente os aspectos ideológicos e políticos, minimizando o conflito entre os dois sistemas políticos. Nem sequer mencionam a Revolução Húngara de 1956 e o seu desenlace fatal, que podia ser um fator perturbador na relação entre o Brasil e o Leste. Para eles, só existe a Hungria oficial, o governo húngaro, como potencial parceiro comercial. A “outra Hungria”, o “povo martirizado” não tinha para eles qualquer importância. Como Amílcar Alencastre, que definia sua posição: “Não se trata de problema ideológico e sim de questões meramente econômicas” (ALENCASTRE, 1959, p. 13). Portanto, o ponto de partida da pró-argumentação é sempre econômico, sobretudo comercial, sendo naquela altura a política exterior brasileira um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico. A nova orientação econômica, como a Política Externa Independente, definida

³ Os três livros foram publicados em Petrópolis, pela Editora Vozes, e os exemplares consultados encontram-se na coleção da biblioteca do *Ibero-Amerikanisches Institut*, em Berlim.

por P. F. Vicentini como um projeto “coerente, articulado e sistemático”, visava transformar a atuação internacional do Brasil (VIZENTINI, 2003, p. 29).

A contra argumentação de Pena Boto – que antagoniza a atuação do governo de Jânio Quadros e a Política Externa Independente – parte do ponto de vista puramente ideológico. Em sua opinião, as iniciativas econômico-comerciais seriam partes da maquinaria comunista e componentes da fase expansionista do movimento internacional comunista.

O ‘comércio’ – diz ele – tornou-se então uma das principais armas da ofensiva global marxista. Um aspecto particularmente odioso que oferecem as relações comerciais com a Rússia soviética é o aspecto moral. (...) *Há* quem diga que o dinheiro não tem cheiro e que a mercadoria não tem origem (...) Mas isto é profundamente amoral. *O dinheiro tem cheiro, a mercadoria tem origem.* A origem, pura ou impura, de qualquer mercadoria, deve necessariamente influir na decisão de adquiri-la ou não (BOTO, 1961b, p. 14-15).

Segundo essa mesma lógica, cria-se o argumento da propaganda anticomunista, que a presença dos representantes dos países socialistas no Brasil implica perigo direto para a segurança nacional. “Cada membro de uma Embaixada, Legação ou Consulado de um país subjugado à Rússia – afirma Pena Boto, e a sua opinião sintoniza com a já citada de Manoel Pio Corrêa – *é um diplomata doublé* de espião, propagandista e agitador” (BOTO, 1961a, p. 93).

Neste contexto ideológico, nos textos de Pena Boto a Hungria – o país, o povo – tem papel importante, como exemplo da resistência contra o regime soviético. Assim, a argumentação distingue obviamente os dirigentes do regime comunista (os potenciais parceiros oficiais do Brasil), intitulado o “governo *húngaro* de Janos Kadar⁴, sanguinário e cruel títere do Kremlin” ou “o celerado Janos Kadar” (BOTO, 1961a, p. 38 e 64) e o povo heroico, “as massas húngaras trucidadas pelos tanques soviéticos em 1956”, ou ainda “a ‘societas scéleris’ de Janos Kadar, que esmagou, em 1956, com os tanques soviéticos, os patriotas húngaros que procuravam livrar-se do jugo comunista” (BOTO, 1961a, p. 101 e 8).

⁴ János Kádár (1912-1989), que foi o primeiro secretário do partido marxista-leninista na Hungria (*Magyar Szocialista Munkáspárt – MSZMP*), o partido único do sistema uni partidário húngaro entre 1956-1989, formava o regime de “ditadura tenra” desde os anos 1960.

Na argumentação anticomunista, como existe diferenciação entre os húngaros sofridos e os líderes criminosos do Estado monopartidário, há desigualdade entre os países “réus principais” e as “vítimas”. Os primeiros são a URSS e a China, lembrando “a forma de pressão, exercida pela Rússia e pela China Continental, sobre as nações vizinhas” (BOTO, 1961c, p. 33). A Hungria pertence ao segundo grupo, é um dos países chamados “escravizados, comunizados”, ou um dos “países-satélites”, oprimidos pelo imperialismo soviético, “aqueles *já subjugados à escravidão bolchevista*” (BOTO, 1961c, p. 15). O autor antissoviético menciona sempre estes povos de forma compassiva: “nos países por ela [a Rússia] subjugados (...) só pode ser mantido a ferro e fogo, por meio do terror, pelo emprego de bárbaros processos medievais” (BOTO, 1961c, p. 18). A vida nesse sistema seria muito cruel para os cidadãos, um exemplo espantoso para os brasileiros:

Só nos infelizes países sob-regime comunista esse ritmo tem sido alterado, pois neles os salários têm aumentado somente para aqueles cujas horas de trabalho têm também aumentado. Em tais países, de vida animalesca e material, só conta a *produção; produzir* sendo a única coisa que tem valor, o homem sendo simples máquina de produzir (BOTO, 1961c, p. 27).

Apresentar a Hungria como exemplo espantoso foi uso enraizado nos textos dos antissoviéticos brasileiros da época (MOTTA, 2002). O editorial da *Ação Democrática* – revista da organização anticomunista fundada em 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – adverte, assim, em julho de 1959:

A sorte está lançada. Ou o comunismo, aqui como alhures, encontra oponentes à altura [...] ou o comunismo irá cada vez mais conquistando terreno. Então, um dia, que poderá estar próximo, ou talvez distante, acordaremos com a grande surpresa: teremos deixado de ser uma nação livre para ser uma segunda Hungria (MOTTA, 2006, p. 133).

Os anticomunistas supunham que o marxismo perigoso era algo tão mau que existia e atuava contra o natural caráter humano. A porta-voz da CBA também escreve sobre a falsa e forçada atividade política do povo nos países-satélites da União Soviética e China:

Quanto aos países dominados pela Rússia e pela China Continental, os Partidos Comunistas são evidentemente muito maiores... o

que não significa que todos os componentes desses Partidos sejam realmente comunistas convictos. Não, pois neles *há uma pequeníssima minoria de marxistas de boa-fé e uma forte maioria ou de oportunistas ou daqueles que defendem um melhor padrão de vida para si próprios* (BOTO, 1961b, p. 22-23).

Embora alguns analistas coevos tenham notado alguma consolidação lenta das possibilidades de existência ou leve distensão do terror soviético nos finais dos anos 1950, na propaganda anticomunista a Hungria ficava entre os exemplares dos piores e mais oprimidos países. O especialista mais moderado e que teve conhecimento mais profundo e pessoal do país centro-europeu, Oliver Ónody, argumentou nessa direção e escreveu em 1960:

Um dos principais argumentos do Ocidente contra os soviéticos é a discriminação que sofrem pessoas inocentes naquela região (ingresso na Universidade, vedado aos filhos da antiga classe média etc.). Embora tenha mudado já bastante a situação na própria Rússia, é verdade que estas discriminações ainda persistem em alguns dos países satélites, como por exemplo na Hungria (ÓNODY, 1960, p. 61).

O juízo puramente negativo dos países do Bloco Soviético é muito estável no pensamento de Carlos Pena Boto e dos outros anticomunistas, e não seria mudado nem pela distensão das ditaduras do Leste ou da Guerra Fria. Eles não se abrandam e não se esquecem dos crimes do Comunismo: “*É preciso comover o coração generoso dos jovens ante o quadro soturno e trágico da atuação dos comunistas no Mundo, desde o advento do regime do terror na Rússia, em 1917, até os sangrentos massacres da Hungria, em 1956*” (BOTO, 1961c, p. 19).

As publicações da CBA elencando alguns momentos da história da revolução de 1956 caracterizam de forma geral a atuação dos todos os regimes comunistas. Por exemplo, critica a propaganda cínica nos seguintes termos:

Quando se fala no trucidamento de massas humanas, como sucedeu no caso dos patriotas húngaros, vem logo a nauseante pseudo-justificativa: ‘não foram patriotas, foram agentes do imperialismo capitalista que quiseram impedir a marcha gloriosa da Hungria para o campo socialista; e a eliminação desses reacionários foi portanto indispensável, justa e perfeitamente moral’ (BOTO, 1961c, p. 11).

O autor antissoviético é inexorável contra os regimes comunistas, e por isso nega a razão de ser da aproximação entre o Brasil e os países socialistas, que – segundo ele – faz parte da “bolchevização do Brasil”. Este ponto de vista domina a sua crítica acerba e complexa contra a política externa governamental. Acha erros gravíssimos os seguintes:

- a) Estabelecimento urgente de relações diplomáticas e comerciais com quatro países da Cortina de Ferro: Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia. b) Corte de quaisquer vínculos com três Estados Bálticos anexados à força à Rússia soviética: Letônia, Estônia e Lituânia [...]
- d) Elogios à vitalidade e ao dinamismo dos países socialistas escravocratas (BOTO, 1961a, p. 98).

O dia comemorativo da revolução húngara fixou-se como data significativa para os anticomunistas. Já em 23 de outubro de 1957, por ocasião do primeiro aniversário do começo da revolução de Budapeste, Pena Boto discursou, em Nova Iorque, na sede da Assembleia das Nações Cativas⁵. Refere-se a este acontecimento escrevendo no seu livro: “Quando poderia imaginar, naquela data que o meu Brasil, três anos e pouco mais tarde, haveria de travar, sofregamente, relações com a ‘societas scéleris’ de Janos Kadar” (BOTO, 1961a, p. 8).

Nos textos divulgados pela CBA, a revolução húngara é mencionada repetidamente, sendo sempre apresentada como um acontecimento heroico, de valor puramente simbólico e como algo útil para a propaganda anticomunista. Esses textos não analisam nem apresentam mais pormenorizadamente os acontecimentos na Hungria, mas os refletem como fatos do passado recente e bem conhecidos pelos seus leitores. É verdade que em 1956 o público brasileiro recebeu informações bastante amplas da revolução húngara⁶. Os fatos, entretanto, surgem algumas vezes com comentários de aspetos polarizados:

A grande imprensa brasileira deu ao levante húngaro uma grande repercussão. E isso, conseqüentemente, abriu espaço para que correntes contrárias ao regime do chamado bloco socialista se posicionassem [...] O levante húngaro ao longo dos meses de novembro e dezembro de 1956 ganhava cada vez mais espaço na grande imprensa, o que dava liberdade para que setores

⁵ A Assembleia das Nações Cativas foi fundada em 20 de setembro de 1954. Sobre os fins da organização Carlos Pena Boto escreve os seguintes: “em prol da independência dos seus respectivos países, os líderes políticos exilados das 9 seguintes nações: – Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia e Romênia” (BOTO, 1961a, p. 8).

⁶ Sobre o assunto ver mais no capítulo “O levante húngaro na imprensa comunista” in SZABO; SEGRILLO; AQUINO; AUBERT, 2006, p. 128. e SZILÁGYI, 2007, p. 143-159.

anticomunistas se manifestassem. Seria ilusão pensar que *A Voz Operária* assistiria a isso de forma passiva sem nenhum tipo de resposta [...] o conhecido romancista baiano Jorge Amado, que chegou a escrever um artigo intitulado ‘Mar de Lama’, no qual condena a invasão da Hungria (SZABO; SEGRILLO; AQUINO; AUBERT, 2006, p. 128, 118).

A memória da revolução húngara foi mantida viva aproximadamente por dez anos. No décimo aniversário, em 1966 – já depois do golpe de estado no Brasil, de 1964 – houve também cobertura por parte da imprensa brasileira (SZABO; SEGRILLO; AQUINO; AUBERT, 2006, p. 133). Nesse mesmo ano, a Livraria e Tipografia Estudantil (Caruaru, Pernambuco) publicou um livro sobre o levante, com a autoria do famoso jornalista de posição conservadora, antagônica ao comunismo, Lenildo Tabosa Pessoa, e com o título *A revolução popular – operários, estudantes e intelectuais contra o imperialismo*. O texto, embora seja muito mais amplo e profundo que os livretos de Pena Boto, usa o mesmo vocabulário que aquele empregado nos panfletos anticomunistas.

A polêmica, contudo, no virar dos anos 1950-60, estava bastante fêrvida e cheia de sentimentos negativos. Os arguentes titulam algumas vezes de *doentios* ou *fanáticos* os seus adversários. Carlos Pena Boto enfatiza a imoralidade dos propugnadores da posição “pró”, e pergunta: “Que respeito ao *ato jurídico* é este que impele o Brasil a procurar pressurosamente reatar relações com o governo húngaro (...) apesar de haver um *ato jurídico* proibindo a incursão de forças militares russas no território húngaro?” (BOTO, 1961a, p. 38); e afirma que “A tese de que se deve manter relações diplomáticas com todos os Governos peca pela base, pois não é nem razoável nem decoroso ter relações com Governos de criminosos que não respeitam as normas do Direito Internacional” (BOTO, 1961b, p. 58). Ele denomina essa tese de “visão estrábica que o induz a acreditar na *independência e soberania* da Bulgária, Romênia e Hungria, mercedores, portanto de reconhecimento diplomático e comercial” (BOTO, 1961a, p. 35); e fala sobre “a cega estupidez daqueles que comerciam com os soviéticos” (BOTO, 1961a, p. 30).

O fundador da CBA – percebendo o reforço da posição “pró” nos meios ministeriais – tinha uma visão de uma grande conjuração:

Comunistas estão agora espalhados por toda a parte: – nos órgãos governamentais, no Congresso, nas Assembleias Estaduais, nos

Ministérios, nos serviços Públicos e nas Autarquias, nas Academias e Universidades, nos meios militares (sobretudo no Exército), na imprensa comunista (!) e na própria imprensa dita ‘conservadora’, nos Sindicatos, nas linhas férreas, nas companhias de navegação e em todos os escalões da máquina administrativa da Nação (BOTO, 1961b, p. 96).

Vê-se que a questão da direção da política externa estava radicada profundamente na política interna brasileira, focada no interesse nacional. O objetivo de Pena Boto era exercer influência na opinião pública e na atuação do governo. Mas, nos finais dos anos 1950 no Brasil – como em vários outros países do Ocidente –, o pragmatismo superava as razões anticomunistas, e nem a revolução húngara alterou radicalmente o juízo sobre o Leste. Segundo P.F. Vizontini:

No campo socialista, o crescimento econômico e a estabilidade interna eram as marcas dominantes dos anos 50. A desestalinização iniciada no XX Congresso do PCUS, em 1956, e a intervenção na Hungria, não alteraram esta situação. A atitude ocidental era a de explorar politicamente esses acontecimentos, mas evitando um confronto aberto (VIZENTINI, 2004, p. 91-92).

Finalmente, durante a presidência de Jânio Quadros e João Goulart, venceu a posição “pró”. Em março de 1961, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Hungria e outros três países socialistas, Romênia, Bulgária e Albânia.

O governo brasileiro também enviou à Europa Oriental uma Missão Especial chefiada pelo Embaixador João Dantas, proprietário do Diário Carioca, que entre abril e junho de 1961 assinou acordos de cooperação cultural e científica, bem como comercial, com a Bulgária, Iugoslávia, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Albânia, além de iniciar negociações econômicas com a RDA, Áustria e Itália. ... As exportações brasileiras para o Leste Europeu, segundo a Cacex [Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil], atingiram US\$ 45,1 milhões em 1958 (3,3% do total) e US\$ 87,3 milhões em 1961 (6,3%), uma cifra ainda modesta, mas que cresceu dez vezes mais que o incremento geral das exportações (VIZENTINI, 2004, p. 153).

Em novembro de 1961 realizou-se o reatamento com a URSS. No ano seguinte criou-se no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Leste (Coleste) para coordenar o comércio com os países socialistas (VIZENTINI, 2003, p. 36). Segundo a opinião dos historiadores,

Uma das mais importantes medidas adotadas pela diplomacia brasileira durante a gestão de San Tiago Dantas foi o reatamento das relações com a União Soviética, que estavam rompidas desde 1947. ... o chanceler esclareceu que essa decisão se baseava em razões de ordem política e econômica que levavam em conta exclusivamente, os interesses do Brasil e não significavam nenhuma simpatia ou mesmo 'tolerância ideológica' para com o regime vigente naquele país. Enfatizou as amplas possibilidades apresentadas pelo mercado soviético para as exportações brasileiras, além da conveniência do desenvolvimento das relações entre os povos como garantia para a paz (BELOCH; ALVES DE ABREU, 1984, p. 1054).

No nosso estudo analisamos fontes publicadas apresentando a memória viva da revolução húngara, de valor puramente simbólico para a propaganda anticomunista e para o seu público brasileiro. Nas fontes usadas e na conjuntura esboçada, nas opiniões contrárias que tentavam influenciar a opinião pública brasileira, a Hungria se mostrava com uma dupla faceta nestas décadas de 1950-60. O país era, por um lado, economicamente pouco relevante para o Brasil, mas com o seu desenvolvimento dinâmico oferecia certas possibilidades comerciais. Por outro lado, era também um país muito relevante e singular no Bloco Soviético, pois dava o aspecto de uma nação escravizada, cuja revolução de 1956 se tornou um símbolo da resistência anticomunista.

Referências

- ALENCASTRE, Amílcar. *O Brasil e as relações com o Leste e a U.R.S.S.* Rio de Janeiro: Nap, 1959.
- _____. *Oswaldo Aranha; o mundo afro-asiático e a paz.* Rio de Janeiro: Nap, 1961.
- ARANHA, Oswaldo. Relações diplomáticas com a União Soviética. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 18-28, 1958.
- ARQUIVO pessoal de Oswaldo Aranha – FGV/CPDOC, o catálogo disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28. mar. 2015.
- BELOCH, Israel; ALVES DE ABREU, Alzira (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária – Finep, 1984.
- BOTO, Carlos Pena. *A desastrosa política exterior do Presidente Jânio Quadros.* Petrópolis: Vozes, 1961a.
- _____. *Como se desenvolve a Ofensiva Comunista.* Petrópolis: Vozes, 1961b.
- _____. *O que é o comunismo!* Petrópolis: Vozes, 1961c.
- CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi.* 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

- HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- LAMARÃO, Sérgio. Verbete “Boto, Pena”. Arquivos digitais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- MOREIRA, Regina da Luz. Verbete “Aranha, Oswaldo”. Arquivos digitais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002.
- _____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 129-147.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões – Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- ÓNODY, Oliver. Relações comerciais do Brasil com o Bloco Soviético. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 11. p. 38-75, 1960.
- PESSOA, Lenildo Tabosa. *A revolução popular – operários, estudantes e intelectuais contra o imperialismo*. Caruaru: Livraria e Tipografia Estudantil, 1966.
- PONGRÁCZ, Attila. A vida e a obra do economista e historiador húngaro Olivér Ónody. *Acta Scientiarum Socialium (Historia, Oeconomia, Paedagogia, Philosophia, Sociologia)*, Kaposvár (Hungria), t. XXIII, p. 63-73, 2006.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SPIRY, Zsuzsanna Filomena. *Paulo Rónai, um brasileiro made in Hungary*. MA diss., Universidade de São Paulo, 2009.
- STORRS, Keith Larry. *Brazil's Independent Foreign Policy, 1961-1964*. Ithaca: Cornell University, 1973.
- SZABO, Ladislao; SEGRILLO, Angelo; AQUINO, Maria Aparecida de; AUBERT, Pedro Gustavo. *Hungria 1956 ... e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SZILÁGYI Ágnes Judit. Az “O Estado de Sao Paulo” című újság kommentárjai a magyar ‘56 forradalmi napjaiban. *Acta Hispanica - Acta Universitatis Szegediensis de Attila József Nominatae*, Szeged (Hungria), t. 12, p. 143-159, 2007.
- SZILÁGYI Ágnes Judit; SÁRINGER János. *Ifj. Horthy Miklós, a Kormányzó kisebbik fia*. Budapest: Holnap Kiadó, 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964) – O nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseus Abramo, 2003.